

## PLENÁRIA NACIONAL VIRTUAL DA FENASPS

**Data:** sábado, 12 de dezembro de 2020.

**Local:** realizada por videoconferência (aplicativo *Google Meet*)

**Participantes:** 94 representantes. 71 delegados(as) e 23 observadores(as), representando os estados do CE - ES – GO/TO – MG – PA – PR – RJ – RN – RS – SC – SP e oposições sindicais de BA e DF.

### **RESOLUÇÕES APROVADAS:**

1. Manter a luta pela Jornada de 30 (trinta) horas de trabalho para todos (as) os (as) trabalhadores (as) da Carreira do Seguro Social, Seguridade Social e ANVISA;
2. Orientar os (as) servidores (as) do INSS, ANVISA e Trabalho para lutar por seus direitos de jornada de trabalho, frente ao assédio institucional para assinatura de “pactos” para trabalho remoto, com exigência de cumprir metas e produtividade abusivas;
3. Ingressar com denúncia do acordo firmado com INSS, questionando a falta de concurso e as péssimas condições de trabalho, requerendo providências junto aos Ministérios Públicos Federal (MPF) e do Trabalho (MPT), e Tribunal de Contas da União (TCU);
4. Realizar manifestações virtuais e presenciais em 24 de janeiro de 2021, Dia Nacional do (a) Aposentado (a);
5. Fortalecer o Fórum dos Servidores Públicos Federais (SPFs) e Fórum das Três Esferas nos Estados e organizar nos principais municípios;
6. Apresentar denúncia contra o INSS no Ministério Público Federal (MPF) por estar realizando seminários e reuniões de trabalho presenciais, com dezenas de pessoas, como ocorreu no início dezembro em Brasília, e ainda vai acontecer na próxima semana, em Minas Gerais e outras superintendências;
7. Que a FENASPS reafirme a defesa de melhores condições de trabalho para os servidores (as) e a defesa da Previdência Social Pública e acesso aos usuários as unidades do INSS;
8. Exigir do governo a implementação de política de atenção à saúde dos servidores (as);

9. Cobra o imediato cumprimento dos acordos de greve de 2015 servidores do Seguro, Seguridade Social e Anvisa;
10. Em defesa da Previdência Social Pública e de qualidade e contra os projetos de (des) estruturação do INSS e os programas de gestão;
11. Continuar a luta pela Incorporação das gratificações e remunerações;
12. Adotar medidas legais para o fim do assédio institucionalizado;
13. Intensificar a mobilização dos trabalhadores para lutarem contra política de gestão através metas/produktividade/pontuação no serviço de Reabilitação Profissional;
14. Defesa da autonomia profissional dos trabalhadores (as) da Reabilitação Profissional e o respeito por seus pareceres e o fim da supremacia da perícia médica federal;
15. Defesa de equipe multiprofissional com respeito às atribuições de cada área técnica, a partir das especialidades profissionais;
16. Orientar os servidores a não aceitarem bem como denunciarem a sobrecarga de trabalho em defesa por concurso público;
17. Construção de um novo modelo de reabilitação a partir da Classificação Internacional de Funcionalidades, da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e um modelo único de avaliação da Pessoa com Deficiência;
18. Defesa de um sistema específico de Reabilitação Profissional, com respeito à privacidade do trabalhador e sigilo e ética profissional;
19. Requisitar treinamento permanente da gestão para os sistemas operacionais implementados na RP (ex.: GET RP);
20. Propor um novo modelo de reabilitação profissional dentro da autarquia com ênfase no modelo biopsicossocial pautado por equipe multiprofissional;
21. Cobrar a reconstrução do Manual Técnico de Reabilitação Profissional com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras desse Serviço Previdenciário, bem como, submetê-lo a consulta pública;
22. Como estratégia de fortalecimento dos serviços e dos direitos dos (as) trabalhadores (as) e que a gestão seja feita por equipe multiprofissional de trabalhadores (as) que atuam nos serviços;
23. Fomentar o debate sobre os parâmetros de atuação de assistentes sociais na Política Previdenciária em conjunto com CFESS/CRESS;
24. Defender articulação inter setorial e interinstitucional no âmbito do INSS, com o

sistema de garantia de direitos, e do EX-MTE (Secretaria do Trabalho) e Ministério Público do Trabalho para buscar maior efetividade das ações realizadas na Reabilitação Profissional junto a empresas privadas;

25. Lutar por melhores condições de trabalho, tais como: salas adequadas, segurança e concurso público com intuito de garantir o trabalho multiprofissional na RP, conforme previsto na LBI;
26. Manter posicionamento contrário à terceirização dos serviços previdenciários. Que o Estado mantenha a primazia deste atendimento conforme previsto nos documentos legais;
27. Cobrar agilidade nos processos licitatórios para fornecimento de órteses, próteses e materiais especiais (OPM) a fim de não prejudicar a adaptação de segurados (as);
28. Posicionamento contrário à Portaria 459 nos quesitos de avaliação sócia profissional remota e de desligamento do programa de Reabilitação Profissional (RP) sem a participação do (a) segurado (a);
29. Defesa da implementação do Decreto 8.725/2016 que prevê a instituição da rede inter setorial de reabilitação integral.
30. Organizar FENASPS/CONASF/CONARP amplo debate na base da categoria para debater as pautas relativas ao Serviço Social e Reabilitação Profissional a fim de organizar as (os) trabalhadoras (es) desses serviços para a defesa das suas atividades e competências profissionais, e reafirmar o posicionamento ético em defesa dos direitos da classe trabalhadora (pautas: Portaria 1.199, fim do REAT, pontuações, condições de trabalho, modelo único de avaliação para PCD, tele atendimento para avaliação Social);
31. Lançar campanha em Defesa do SUS e da Seguridade Social;
32. Disponibilizar formulário-requerimento para os (as) servidores (as) fazerem opção para não ficar em trabalho *home Office*;
33. Orientar que todos (as) servidores (as) que estão exercendo atividades em horários extraordinários organizem materiais e ingressem com ação para ressarcimento das horas excedentes à jornada de trabalho, adicional noturno, dentre outros;
34. Apresentar denúncia contra o fechamento dos postos de fronteira da ANVISA que está ocorrendo em todos os Estados;
35. Orientar a todos (as) servidores (as) para não aderirem ao programa de gestão do INSS;
36. Denunciar a liberação de senha de acesso aos sistemas para militares e contratados;

37. Encaminhar documento para parlamentares, Senadores (as), Deputados (as) Federais, Estaduais e câmaras de Vereadores, denunciando que a contrarreforma da Previdência veio para retirar direitos e as alterações promovidas pelo INSS são para dificultar e/ou impedir que os segurados (as) consigam ter acesso aos seus direitos;
38. Solicitar ao INSS espaços efetivos de negociação sobre as pautas que garantem direitos dos (as) servidores (as) e condições de trabalho, conforme Ofício nº 148/2020 encaminhado pela FENASPS e promover junto à categoria a discussão da inviabilidade de acordos ou negociação atuais com a atual gestão do INSS e o governo, e a possibilidade, a ser discutida por toda a categoria, da retirada da Fenasps das mesas de negociação se continuar as atuais condições das audiências;
39. Unificar ações com conjunto dos SPFs na luta contra a contrarreformas Administrativa;
40. Contra as metas de produtividade impostas pela gestão do INSS;
41. Reencaminhar proposta ao INSS e solicitar a implementação da Reestruturação do Serviço Social, conforme proposta apresentada pela FENASPS/CONASF em março 2019, para presidência do INSS/DIRBEN/DSS e solicitar que seja garantido que todas as coordenações sejam exclusivamente da carreira do Seguro Social – Assistente Social ou Analista do Seguro Social com formação em Serviço Social em conformidade com a Lei nº 8.662, de sete de junho de 1993, e a Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, art. 88;
42. Reiterar a solicitação de implantação do GET – Serviço Social para agendamento, execução e monitoramento das ações do Serviço Social e não inclusão das atividades do 'Gerenciamentos de tarefas' que não garantem o sigilo profissional;
43. Solicitar o retorno do agendamento através dos canais remotos do Serviço de "Socialização de Informações Previdenciárias e Assistenciais" presenciais;
44. Realizar articulação com o MPT, movimentos sociais, conjunto CFESS/CRESS, Conselhos municipais e estaduais de direitos das Pessoas com Deficiência e o CONADE, em defesa do modelo de avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência, bem como, do Instrumento Único de Avaliação da Pessoa com Deficiência (IFBr-M), validado pela UnB e referendado pelo CONADE;
45. Orientar os (as) assistentes sociais a não adesão aos mutirões para realização de avaliação social do BPC e não participação da "suposta" pesquisa para aplicação do IFBr-M em plena pandemia e sem a capacitação adequada para os (as) assistentes sociais;
46. Garantia do tempo de 60 (sessenta) minutos para realização das avaliações sociais

do BPC, sendo no máximo cinco (cinco) avaliações diárias;

47. Exigir que todas as agendas do Serviço Social sejam organizadas e monitoradas exclusivamente por Assistentes Sociais/Analistas do Seguro Social com formação em Serviço Social da carreira do Seguro Social;
48. Construção entre direção da Fenasps e comissões sobre a forma de realização dos encontros nacionais de Serviço Social e Reabilitação Profissional;
49. Reafirmar a orientação de não assinatura dos pactos previstos na Portaria 1.199/2020;
50. Solicitar a transparência e discussão coletiva com a categoria sobre qualquer alteração na estrutura e nos processos de trabalho do Serviço Social no INSS em âmbito nacional (DSS), regional (SR's) e nas Gerências Executivas;
51. Que a FENASPS reitere a solicitação aos sindicatos o envio dos relatórios, até o dia 30 de dezembro de 2020, dos encontros estaduais virtuais do Serviço Social para possibilitar o compilado das propostas e encaminhamentos nacionais que subsidiarão a categoria nas lutas;
52. Campanha ou plano de vacinação nacional, universal e gratuita com cronograma previamente anunciado, tendo prioridade os (as) trabalhadores (as) do Serviço Público que realizam atendimento à população, e amplamente divulgado, combinado com testes em massa, medidas sanitárias nos locais de trabalho e públicos, manutenção do Auxílio Emergencial, defesa do SUS, defesa dos (as) trabalhadores (as) da ANVISA e campanha pelo fim do teto dos gastos, pela auditoria da Dívida Pública e aprovação da taxação das grandes fortunas para financiar o SUS e combater a pandemia;
53. Moção de repúdio ao governo Bolsonaro pelo genocídio provocado pela Covid-19;
54. Exigir do governo fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), pagamento de adicional de insalubridade, e realização de acompanhamento médico, psicológico e testagens de Covid-19 para os (as) servidores (as) que estão em trabalho presencial. Suporte técnico e material aos que estão em tele trabalho;
55. Exigir do governo liberação dos (as) servidores (as) do grupo de risco, inclusive aqueles (as) acima 60 anos;
56. Por condições de trabalho e atendimento adequadas nas unidades;
57. Observância dos protocolos da Organização Mundial de Saúde (OMS);
58. Não às privatizações! Defesa do SUS estatal e de qualidade;
59. Unidade com demais trabalhadores (as), e com fóruns do funcionalismo e da Saúde

pública;

60. Construção da alternativa classista para o conjunto dos (as) trabalhadores (as) frente aos desafios da conjuntura em curso;
61. Exigir a suspensão do ponto eletrônico durante a pandemia;
62. Assistência e amparo aos familiares de servidores (as) falecidos (as) pela Covid-19;
63. Construir textos de formação política, no site e materiais da Fenasps;
64. Que a Fenasps envie documento para o INSS solicitando que todas as convocatórias dos grupos de trabalho e reuniões sejam encaminhadas simultaneamente para a federação;
65. A Fenasps realizará debates para buscar meios legais para que haja indenização aos (as) servidores (as) que aderiram ao tele trabalho no INSS.

Brasília, 12 de dezembro de 2020.

Diretoria Colegiada da **FENASPS**